

Discurso governamental sobre sexualidades e vulnerabilidades na pandemia de COVID-19: apagamentos e narrativas higienizantes no Brasil

Amana Rocha Mattos - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
amanamattos@gmail.com

Rafaela Vasconcelos Freitas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
esh.rafaela@gmail.com

Paula Sandrine Machado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
machadops@gmail.com

RESUMO

O Ministério da Saúde informou o gasto de R\$ 23,3 milhões em campanhas para divulgação e promoção de métodos polêmicos e ineficientes de tratamento precoce ao COVID-19. Nesse contexto de políticas governamentais controversas e de discurso contra-científico abundante, buscamos pensar como e se as políticas públicas brasileiras, em nível federal, têm tematizado a questão da sexualidade e das práticas sexuais no contexto da pandemia. Para tanto, analisaremos uma cartilha de prevenção ao coronavírus para a população LGBT proposta pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), presidido por Damare Alves, e discutiremos as mudanças introduzidas entre a versão preliminar e a final divulgada, indicando, ainda, diferenças e similaridades com documentos governamentais produzidos por outros países. Tal análise integra uma pesquisa nacional interdisciplinar em curso intitulada “SEXVID - Sexualidades e gestão de risco no contexto da pandemia de COVID-19”. A discussão proposta fundamenta-se em referenciais da análise do discurso crítica e da produção atual sobre o avanço do neoconservadorismo e seus efeitos na política nacional e internacional, no âmbito da ofensiva antigênero. A partir das duas versões do documento oficial, indicam-se algumas pistas para pensarmos o contexto político brasileiro neste primeiro ano da pandemia. O silenciamento sobre práticas sexuais e de redução de danos nesta cartilha, assim como em outra produzida especificamente sobre juventude e COVID-19, parecem coerentes com as políticas de abstinência sexual defendidas pelo ministério. Ao mesmo tempo, mesmo higienizada em sua segunda versão, sustenta aspectos contraditórios com as manifestações presidenciais, defendendo o distanciamento social, a crítica ao acesso e compartilhamento de informações não-confiáveis/fake news, e a afirmação da inexistência de tratamentos milagrosos. Este trabalho busca, assim, contribuir com as discussões sobre as relações entre política sexual e neoconservadorismo, compreendendo os diferentes níveis e práticas que compõem essa articulação.

Palavras-chave: Sexualidades; Políticas Públicas; COVID-19; Neoconservadorismo